

Zero alerta para riscos ambientais de centrais solares fotovoltaicas no Alentejo

13 de Setembro, 2017

A associação ambientalista Zero alertou hoje que as centrais solares fotovoltaicas projetadas para a região do Alentejo ameaçam a Reserva Ecológica Nacional e podem agravar as emissões de dióxido de carbono se forem colocadas em locais inadequados. “Os benefícios a obter poderão ser inferiores aos custos ambientais previstos”, afirmou hoje a Zero, em comunicado enviado à Lusa, referindo-se a duas das quatro centrais solares fotovoltaicas a ser instaladas em herdades alentejanas.

As incidências ambientais da instalação das centrais foram avaliadas numa consulta pública que terminou na terça-feira, mas a associação alerta para os possíveis impactos negativos, nomeadamente os elevados riscos de erosão, a destruição de cerca de 135 hectares de sobreiros e azinheiras e a afetação de cabeceiras de linhas de água.

As centrais previstas para as herdades de Alcaboucia (concelho de Portel, distrito de Évora) e Vale da Cota (Santiago do Cacém, Setúbal) são as que mais preocupam a Zero, que calculou um prejuízo em termos de emissões de dióxido de carbono de cerca de cinco mil toneladas, em 20 anos, nos dois casos, considerando a área afetada e a alteração de uso dos solos em causa.

“Os projetos têm custos ambientais não recuperáveis nas próximas décadas, mesmo sem contar com os potenciais efeitos negativos que a instalação pode induzir na biodiversidade local, na afetação do regime hídrico e na facilitação da erosão do solo e também na artificialização de uma paisagem rural”, acrescentam os ambientalistas.

Referindo-se aos resultados da avaliação das incidências ambientais, a Zero aponta a ausência de localizações alternativas e a omissão de informações relativas aos valores naturais existentes e a eventuais medidas compensatórias, denunciando também que os impactos da instalação de linhas elétricas para transporte de energia não foram avaliados.

A Zero admite que os outros dois projetos, previstos para as Herdades de Mourata (Arraiolos, Évora) e do Monte do Outeiro (Vidigueira, Beja), possam vir a avançar no futuro, “desde que sejam clarificadas as omissões de informação e sejam definidas medidas compensatórias de recuperação de habitats em áreas classificadas”.

No seu conjunto, os projetos previstos ocupam uma área total de cerca de 270 hectares.

Apesar de considerar positiva a tendência para o investimento na energia solar fotovoltaica de grande escala para que o país alcance a neutralidade de

emissões de carbono em 2050, a associação ambientalista alerta para a necessidade de regras para prevenir impactes e conflitos.

Excluir investimentos que ponham em causa a mais-valia natural das áreas classificadas, e de áreas florestais e agrícolas sempre que os custos ambientais superem os benefícios são algumas das sugestões da Zero, bem como o incentivo ao uso de áreas degradadas.